M U N I C Í P I O D E L O U R E S

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

COMISSÃO PARA A QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL E QUALIDADE DE VIDA

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

2016

Dezembro de 2016

Palácio dos Marqueses da Praia e de Monforte - Passeio do Parque da Cidade de Loures 2670-331 Loures
Telefone: 21 115 13 55 E-mail: assembleia_loures@am-loures.pt

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Os membros da Comissão para a Qualificação Territorial e Qualidade de Vida da Assembleia Municipal de Loures reuniram cinco vezes durante o ano de 2016.

Apresenta-se a listagem discriminada das datas das reuniões realizadas pela Comissão, assim como os documentos concernentes às mesmas para melhor conhecimento da actividade realizada.

- Realização da 12.ª reunião a 18 de Fevereiro de 2016 – Acta apensa;
- Realização da 13.ª reunião a 13 de Julho de 2016 – Acta apensa;
- Realização da 14.ª reunião a 21 de Setembro de 2016, sobre a revitalização dos centros urbanos de Camarate, Loures, Moscavide e Sacavém, com a presença do senhor vereador António Pombinho, o adjunto Paulo Rui Amado e a coordenadora do Gabinete de Revitalização Urbana, Margarida Tomás – Acta apensa;
- Realização da 15.ª reunião a 19 de Outubro de 2016, sobre os transportes e mobilidade – Acta apensa;
- Realização da 16.ª reunião a 23 de Novembro de 2016, com a presença do Eng.º Baptista Alves, representante do município no Grupo de Trabalho junto das AdP – Águas de Portugal, para discussão da reversão da empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo, que fez uma profunda e esclarecedora informação e respondeu de forma qualitativa a todas as questões colocadas, conforme registado em acta – Acta apensa;

CONCLUSÃO

A Comissão para a Qualificação Territorial e Qualidade de Vida, durante o ano de 2016, teve funcionamento regular, com participação activa de todos os membros da Comissão, definiu as prioridades de temas e assuntos a abordar e acompanhou a actividade desenvolvida durante o ano de 2016, relativamente aos temas previstos no Plano de Actividades.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No âmbito do trabalho da Comissão foi ainda pedida informação escrita actualizada, através da senhora Presidente da Assembleia Municipal à Câmara Municipal sobre as temáticas referentes ao saneamento básico, SIMTEJO e Valorsul, habitação social, PDM, reabilitação urbana e qualificação do espaço público, património histórico e equipamentos colectivos para posterior análise e acompanhamento na Comissão.

Não se realizou a reunião com o representante da Assembleia Municipal na Comissão de Cinegética e Fauna, por não ter sido convocado para qualquer trabalho daquela Comissão.

A Assembleia Municipal recepcionou uma exposição sobre a colocação de pinos na Rua dos Sobreiros, no Bairro do Fanqueiro, a qual foi reencaminhada para a Comissão e apreciada, tendo sido decisão unânime que o assunto em questão não era da competência da Assembleia Municipal mas sim da Assembleia de Freguesia de Loures. Foi dada resposta à munícipe da decisão tomada.

A Assembleia Municipal recepcionou uma Petição apresentada pela Rede Record de Televisão Europa, S.A. sobre uma empreitada desenvolvida a cargo da empresa Alves Ribeiro Construções S.A., em Prior Velho – Quinta Figo Maduro. Após análise da Comissão para a Qualificação Territorial e Qualidade de Vida, foi acordado solicitar à Câmara Municipal, informação detalhada e que entenda pertinente sobre o assunto em questão, para uma melhor apreciação da Comissão, apesar da informação prestada na Assembleia Municipal, aguarda-se a informação escrita.

Refere-se a boa colaboração da Câmara Municipal quer através da presença dos senhores vereadores e responsáveis técnicos nas reuniões e das informações e esclarecimentos prestados quer da resposta às informações escritas solicitadas.

O Presidente da Comissão Para a Qualificação Territorial e Qualidade de Vida,

---

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Vice-Presidente da Comissão Para a Qualificação Territorial e Qualidade de Vida,

---

O membro do PS,

O membro do BE,

A membro do CDS-PP,

O membro do PCTP/MRPP,

Palácio dos Marqueses da Praia e de Monforte - Passeio do Parque da Cidade de Loures 2670-331 Loures
Telefone: 21 115 13 55 E-mail: assembleia_loures@am-loures.pt

ACTA NÚMERO 12

COMISSÃO PARA A QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL E QUALIDADE DE VIDA

Ao décimo oitavo dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas e quinze minutos, deu-se início, no Palácio dos Marqueses da Praia e de Monforte - Loures, à primeira reunião do ano de 2016, da Comissão para a Qualificação Territorial e Qualidade de Vida da Assembleia Municipal de Loures presidida pelo eleito Francisco Joaquim Lourenço Pereira, com a presença das eleitas Sara Raquel Bordalo Gonçalves, Lizette Braga do Carmo e dos eleitos Carlos Alberto Dias Teixeira, Carlos Luís da Costa Gonçalves e João Mendes Alexandre.

Da reunião constou a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação e assinatura das actas n.º 4, 5 e 7;
2. Aprovação e assinatura do Relatório de Actividades de 2015;
3. Informações para conhecimento;
4. Plano de Actividades para o ano 2016.

No que respeita aos Pontos 1 e 2 da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Comissão deu nota que as actas n.º 4, 5 e 7, assim como o Relatório de Actividades de 2015 haviam sido enviados por mail atempadamente a todos os membros da Comissão, para apreciação. Havendo consensualização em todos os documentos procedeu-se à sua aprovação formal e devidas assinaturas.

No Ponto 3 da Ordem de Trabalhos, foi dado conhecimento de informações que haviam sido solicitadas pela Assembleia Municipal no âmbito dos trabalhos da Comissão:

- O Presidente da Junta de Freguesia de Loures, Augusto Manuel de Jesus Glória, representante no Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal não pôde facultar informação sobre matéria relacionada com o Conselho em causa por não terem sido realizados quaisquer trabalhos até ao momento;
- A Câmara Municipal remeteu informação escrita (registo S/5237/2016) relativa à temática da Reabilitação Urbana e Espaço Urbano, bem como listagem dos equipamentos colectivos por freguesia. Quanto ao estado de conservação dos equipamentos foi recebido um telefonema do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP) informando que não seria possível aos serviços facultar esses dados;
- Foi solicitado pela Câmara Municipal clarificação ao pedido de informação alusivo à Habitação Social que tinha sido realizado em tempos, mais concretamente no que respeita à identificação de zonas / núcleos e evolução e explicação para aumento de dívida.

Sobre a clarificação a questões colocadas a propósito do pedido de elementos sobre a Habitação Social foi unanimemente decidido esclarecer que:

- O que se entende por zonas/núcleo? (Bairros de realojamento? Freguesias?) – **Ambos, bairros e freguesias.**
- A que divida se refere o pedido? (Faturas de renda em divida? ou Divida Global?) – **Ambos, faturas de renda em dívida e dívida global.**
- A que período se refere? - **Até final de 2015**
- Comparativo/ evolução dos últimos anos da Divida total? ou Comparativo/ evolução dos últimos anos da Divida anual? - **Comparativo / evolução dos últimos anos da Dívida total**

Entrando no Ponto 4, o Presidente da Comissão abordou a necessidade de elaborar um Plano de Actividades para o ano de 2016, tendo em conta o efectivado no Plano de Actividades de 2015 e decidir-se o que deve constar no novo.
A eleita Sara Gonçalves propôs abordar a continuidade de temas constantes do Plano de Actividades de 2015 e realçou a temática dos bairros sociais. Transmitiu que as AUGIS podiam ser um tema a considerar durante o mês de outubro.
O eleito Carlos Teixeira transmitiu a ideia de ser importante entender o que evoluiu após a aprovação do PDM.
O eleito Carlos Gonçalves centrou-se na reabilitação e requalificação da zona ribeirinha e Trancão.
A eleita Lizette Braga do Carmo recomendou um acompanhamento baseado na renovação do Mercado de Loures, derivado à sua localização.
O eleito João Alexandre sugeriu que se acompanhasse a situação do património histórico do concelho.
Por fim, o eleito Francisco Pereira propôs abordar a renovação urbana que está a ser realizada a nível do concelho.

No final o eleito Carlos Teixeira ainda levantou a questão sobre propostas que podiam ser feitas pela Comissão a nível da qualidade de vida da população de Loures.

Conclusões:

- O Plano de Actividades será elaborado com a participação de todos os membros, ficando estipulado que até meados do próximo mês (Março) todos enviam os seus contributos por mail ao Presidente da Comissão. O envio de contributos será relembrado / solicitado via mail na altura planeada.
- O Presidente da Comissão elaborará um Plano de Atividades após Recepção dos contributos.
- Solicitar à Câmara Municipal uma listagem alusiva ao património histórico edificado no concelho de Loures por freguesia, tendo em consideração o estado de conservação
- Serão agendadas visitas a bairros e a algum património após a informação a solicitar ser facultada.

Pelas dezanove horas, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente acta que vai ser assinada por todos os membros presentes da Comissão.

O Presidente da Comissão Para a Qualificação Territorial e Qualidade de Vida,

---

A Vice-Presidente da Comissão Para a Qualificação Territorial e Qualidade de Vida,

---

O membro do PS,

O membro do BE,

A membro do CDS-PP,

O membro do PCTP/MRPP,

ACTA NÚMERO 13

COMISSÃO PARA A QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL E QUALIDADE DE VIDA

Ao décimo terceiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e dezasseis, pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos, deu-se início, no Palácio dos Marqueses da Praia e de Monforte - Loures, à segunda reunião do ano de 2016, da Comissão para a Qualificação Territorial e Qualidade de Vida da Assembleia Municipal de Loures presidida pelo eleito Francisco Joaquim Lourenço Pereira, com a presença das eleitas Sara Raquel Bordalo Gonçalves, Lizette Braga do Carmo e dos eleitos Carlos Alberto Dias Teixeira e João Mendes Alexandre. O eleito Carlos Luís da Costa Gonçalves justificou a ausência na reunião.

Da reunião constou a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Continuação de elaboração do Plano de Actividades para o ano 2016.

Em concordância com a última reunião realizada, o Presidente da Comissão relembrou os temas que haviam unanimemente sido considerados importantes para inclusão no Plano de Actividades de 2016, entre eles: renovação urbana; evolução do PDM após aprovação; bairros sociais; AUGIS; zona ribeirinha e situação do património histórico.
Foram igualmente avaliados os temas abordados e tratados pela Comissão no que respeita ao Plano de Actividades de 2015 e que merecem continuidade de acompanhamento no ano de 2016 - saneamento básico, Simtejo e Valorsul, estacionamento; transportes e mobilidade e habitação social.

No âmbito do Plano de Actividades de 2016, a eleita Sara Gonçalves sugeriu que a Linha do Oeste seria um assunto importante a acompanhar na temática dos transportes e mobilidade, devido à reunião promovida em Fevereiro de 2015 pela Assembleia Municipal de Loures, conjuntamente com outras Assembleias Municipais abrangidas por essa Linha e o assunto ainda se encontrar em análise.
O Presidente da Comissão transmitiu a importância de se dar destaque a temas que não foram abrangidos pelo Plano de Actividades de 2015, como a renovação urbana e património histórico, destacando o facto de não se ter reunido com ninguém no que respeita ao saneamento (EGF, Simtejo e Valorsul) e esse ser um aspecto importante.
O eleito Carlos Teixeira considerou relevante que se solicitasse à Câmara, antes de agendar qualquer reunião com os intervenientes, informação sobre quem gere atualmente a EGF – Empresa Geral e Fomento, Simtejo -Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão SA e Valorsul SA., devido a alguns processos que existiram (por ex. privatizações), o que obteve a concordância de todos.

O eleito João Alexandre propôs que se solicitasse informação sobre um pavilhão e arruamento que aparentemente não se encontram concluídos / sem utilização e estão localizados no terreno da antiga fábrica da INDEP – Indústrias da Defesa, S.A., perto das instalações da Unidade de Saúde Familiar Tejo, sita na Rua Adão Manuel Ramos Barata, na União de Freguesias de Moscavide e Portela. Esta proposta obteve igualmente a concordância de todos.

Na reunião foram igualmente tomadas as seguintes decisões por unanimidade:

- Solicitar ponto de situação sobre a regularização / ampliação das instalações das sociedades a que foi declarado reconhecimento de interesse público municipal, tendo como base o Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, e deliberado através das Propostas n.ºs 479/2015, 515/2015 e 568/2015;
- Reforçar pedido de esclarecimentos sobre habitação social que não obteve ainda resposta;
- Reencaminhar *email* para os membros da Comissão, alusivo ao património histórico do concelho;
- Reencaminhar por *email* documento resumo da reunião de trabalho realizada no dia 24 de fevereiro, no âmbito da linha do Oeste;
- Solicitar informação sobre evolução do PDM desde a sua aprovação e consequências à data;
- Solicitar informação actual sobre as AUGIS, desde aprovação do PDM;
- Solicitar igualmente informação sobre os investimentos já realizados e previstos, incluídos no financiamento do empréstimo de longo prazo respeitantes à Proposta n.º 274/2016, aprovada na reunião de Câmara realizada em 6 de julho de 2016 e na sessão da Assembleia Municipal, realizada em 14 de julho de 2016;
- Dia 21 de setembro fica agendada a primeira reunião temática do Plano de Actividades, pelas 18h00, alusiva à renovação urbana. Para o efeito pedir informação sobre o que está previsto a nível dessa temática e indicação da presença de um representante da Câmara para essa reunião;
- Dia 19 de outubro, realiza-se uma segunda reunião temática, alusiva aos transportes e mobilidade;
- Dia 23 de novembro, ficou agendada uma terceira reunião temática, alusiva ao saneamento com a EGF, em que se aguardará informação sobre gestão da empresa.

Pelas dezoito horas e trinta minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente acta que vai ser assinada por todos os membros presentes da Comissão.

O Presidente da Comissão Para a Qualificação Territorial e Qualidade de Vida,

---

A Vice-Presidente da Comissão Para a Qualificação Territorial e Qualidade de Vida,

---

O membro do PS,

O membro do BE,

(justificou ausência na reunião)

A membro do CDS-PP,

O membro do PCTP/MRPP,

ATA NÚMERO 14

COMISSÃO PARA A QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL E QUALIDADE DE VIDA

Ao vigésimo primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas e vinte minutos, deu-se início, no Palácio dos Marqueses da Praia e de Monforte - Loures, a décima quarta reunião da Comissão para a Qualificação Territorial e Qualidade de Vida da Assembleia Municipal de Loures presidida pelo eleito Francisco Joaquim Lourenço Pereira, com a presença das eleitas Sara Raquel Bordalo Gonçalves, Lizette Braga do Carmo e dos eleitos Carlos Alberto Dias Teixeira, Carlos Luís da Costa Gonçalves e o eleito João Mendes Alexandre.
Nesta reunião estiveram presentes o vereador António Pombinho, o adjunto Paulo Rui Amado e a coordenadora do Gabinete de Revitalização Urbana, Margarida Tomás.

Da reunião constou a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Revitalização dos centros urbanos – Camarate, Loures, Moscavide e Sacavém

O Presidente da Comissão deu início à reunião propondo que o vereador fizesse uma apresentação sucinta do tema, de modo a que os membros da Comissão seguidamente colocassem algumas questões.
No uso da palavra, o vereador António Pombinho fez uma apresentação do projeto de revitalização urbana nas localidades de Camarate, Loures, Moscavide e Sacavém, baseando-se nos dados expostos no *site* da Câmara e no documento anexo à ata que foi facultado à Comissão.
Inclui-se informação prestada pelo senhor vereador além da constante no documento anexo:

- Foi realizado um diagnóstico sobre os centros urbanos de Camarate, Loures, Moscavide e Sacavém em que se constatou que a vida das pessoas passou a encontrar-se menos nos centros urbanos e entendeu-se fazer alguma coisa para contrariar essa situação;
- As obras nas localidades de Camarate, Loures e Moscavide foram adjudicadas no presente dia em reunião de Câmara;
- As obras em Sacavém terão início mais tarde relativamente às restantes localidades;
- Valor do empréstimo dos € 12.000.000,00 seria para a primeira fase dos projetos de revitalização e a segunda fase seria incluída pela Câmara Municipal no âmbito do Programa Operacional Regional de Lisboa (POR Lisboa), que deveria ter início em 2017;
- O edificado municipal, tais como o Mercado de Loures e Moscavide são âncora do projeto de revitalização e terão de ser polos de atracção que permitam devolver o espaço público às pessoas, dando o exemplo de iniciativas como *Sunset Moscavide*, *Tasquinhas do Mercado* e *Arraial Saloio*;

- O edificado privado seria proposto a aplicação de taxas aos proprietários para restauração dos edifícios;
- Existência de uma política fiscal incentivadora para a atividade económica;
- Rejuvenescer a população que vive nos centros urbanos é uma das principais ideias dos projetos.

Para apresentação de cada um dos projetos de revitalização urbana interveio Margarida Tomás, coordenadora do Gabinete de Revitalização Urbana, referindo que foram realizados convites a doze gabinetes de arquitectura e acrescentou à informação prestada pelo senhor vereador e à mencionada no documento anexo o seguinte:

Sacavém

- Projeto de revitalização do núcleo histórico de Sacavém identifica-se com a história da Fábrica de Loiça de Sacavém;
- Levar transporte público para o centro;
- Criação de espaço público e mais condições com corredor de mobilidade reduzida;
- Reorganizar o estacionamento;
- Câmara Municipal propôs à Junta de Freguesia que fosse retirado o espaço AMA do Mercado de Sacavém a fim de deslocá-lo para o centro.

Camarate

- Criação de zonas pedonais seguras.

Loures

- Centro acolherá eventos e esplanadas para maior centralidade.

Moscavide

- Retirado estacionamento de um dos lados das vias;
- Criação de nova avenida;
- Largo de Moscavide deverá ser a "praça pública" local após a sua reabilitação.

Após a apresentação dos quatro projetos intervieram os membros da Comissão para uma ronda de questões e respostas:

- Carlos Gonçalves questionou se com a alteração para sentido único do trânsito na Rua da República entre o desvio para o interior (passagem pela PSP, Câmara Municipal até aos Bombeiros) não passará a haver um estrangulamento do trânsito nesse percurso até chegar outra vez à Rua da República (frente ao Pavilhão Paz e Amizade).

- Carlos Teixeira questionou se os esgotos e canalização seriam mudados e se o estacionamento seria mantido para comerciantes, cargas / descargas e pessoas com deficiência.

- Lizette Braga do Carmo questionou sobre o efeito da reabilitação urbana relativamente às cheias de Sacavém e afirmou ainda que em Loures haveria um aumento na circulação de veículos pesados e poluição dentro da cidade.

- Francisco Pereira perguntou sobre o que estava considerado relativamente à circulação no período da obra.

- Sara Gonçalves questionou se o Mercado do Levante se iria manter.

- João Alexandre considera que a população de Moscavide poderá revoltar-se durante a realização das obras. Considera que o Jardim de Moscavide é que devia ser requalificado porque já não tem beleza e o dinheiro que se vai investir na Praceta José Gouveia deveria ser usado no Jardim de Moscavide.

Pelos interlocutores da Câmara Municipal foi clarificado que as redes não são mudadas porque os SIMAR não tinham projecto das redes existentes para apresentar no tempo indicado, muito embora os SIMAR na 2.ª fase intervenham em Loures. A nível de electricidade e comunicações as empresas iam aproveitar para renovar materiais. Na Praça de Loures deveriam ser criadas esplanadas e realização de eventos; o piso em calçada permitirá que sejam realizadas obras quando necessário; A rede viária funcionará em pleno durante a obra e as cheias de Sacavém não têm qualquer ponto de ligação com a revitalização a realizar. A praça de táxis mantém-se na Praça da Liberdade; As vias são fechadas por troços em que serão criados dois sentidos noutros troços para assegurar a circulação; Foi confirmado que o Mercado do Levante se irá manter.

Carlos Teixeira referiu que a preocupação eram as infraestruturas subterrâneas mas já não havia nada a fazer, segundo os esclarecimentos.

Para terminar, o vereador António Pombinho informou que a curto prazo será iniciada discussão sobre o mercado de Moscavide e que nas antigas instalações da PSP de Moscavide irão ser criados postos de atendimento dos SIMAR, CML e AMA.

Terminadas as rondas de perguntas e respostas, pelas vinte horas, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada por todos os membros presentes da Comissão.

O Presidente da Comissão Para a Qualificação Territorial e Qualidade de Vida,

---

A Vice-Presidente da Comissão Para a Qualificação Territorial e Qualidade de Vida,

---

O membro do PS,

O membro do BE,

A membro do CDS-PP,

O membro do PCTP/MRPP,

Anexo: documento facultado à Comissão pela Câmara Municipal

Projeto de Revitalização Urbana

Em 2015, no **Município de Loures** deu-se início a este projeto nas localidades de Camarate, Loures, Moscavide e Sacavém tendo-se delimitado áreas de intervenção atendendo à dinamização comercial e ao melhoramento do espaço público.

O processo de revitalização urbana iniciou-se com a criação de uma **Equipa**, que definiu e elaborou as propostas, e, consequentemente, implementará as ações, iniciativas e obras necessárias à revitalização dos 4 centros urbanos definidos, envolvendo, assim, técnicos com várias valências, como estrutura permanente, sem prejuízo dos vários serviços da autarquia virem a colaborar com a equipa sempre que seja pertinente a sua intervenção.

Em paralelo, constituiu-se um **Grupo de Trabalho** com a participação de várias unidades orgânicas da autarquia, o qual tem reunido periodicamente.

Em Junho, ao abrigo do regime de contratação pública, foram desenvolvidos quatro **procedimentos de ajuste direto**, por convite, a 12 gabinetes de arquitetura para apresentação de propostas para cada um dos 4 centros urbanos, com os seguintes objetivos e ações definidos pelo Município:

- Objetivos -

- Modernização e qualificação do espaço público e imagem do centro urbano, definindo uma estratégia de intervenção a curto, médio e longo prazo;
- Promover a auto estima e sentido de pertença dos moradores;
- Potenciar e qualificar o comércio local;
- Incentivar a reabilitação e ocupação de edifícios devolutos ou desocupados;
- Intervenção nos passeios tendo em vista a acessibilidade e mobilidade pedonal e ciclável;
- Regularização do trânsito e articulação com a rede de transportes públicos
- Definir estratégias de acessibilidade e estacionamento;
- Realização de estudo cromático por forma a revitalizar a imagem do núcleo urbano;
- Incentivar a ocupação de espaços, visando o rejuvenescimento dos centros urbanos;
- Intervenção ao nível dos espaços verdes;
- Definir uma estratégia concertada na via pública, tanto ao nível dos contentores de resíduos como dos obstáculos físicos – floreiras, papeleiras entre outros;
- Intervenção ao nível da iluminação pública;
- Salvaguarda e valorização do património arquitetónico, histórico e cultural;
- Determinação dos fluxos pedonais mais intensos em virtude da presença de polos aglutinadores, externos aos limites - acessos a transportes públicos, escolas, mercados, parques de estacionamento, parques e jardins públicos.

- Ações -

- Reabilitar e requalificar o espaço público ao nível da mobilidade e acessibilidade pedonal, de forma a assegurar adequadas ligações à envolvente, facilitar a circulação de peões, humanizar o centro e promover a dinâmica comercial;
- Estimular a fixação de novos residentes e o arrendamento jovem;

- Requalificação do perfil da via e passeio público;
- Regrar o estacionamento criando bolsas de estacionamento alternativas, no sentido de libertar as ruas com maior vocação comercial favorecendo os usos pedonais.

Os processos terminaram e foram selecionadas as equipas que integram os gabinetes de arquitetura que irão intervir nos espaços, em articulação com o município.

Em Setembro foram assinados os **contratos** com os dois gabinetes de arquitetura, respetivamente:

José Adrião Arquitetos - Camarate e Loures
Atelier Rua – Moscavide e Sacavém.

A primeira fase da **apresentação pública** teve início, em reuniões com os executivos das várias juntas de freguesia e com parceiros dos 4 centros urbanos e, posteriormente, realizadas as seguintes sessões públicas:

Dia 21 Abril às 21h00 – Salão da Assembleia de Freguesia de Camarate
Dia 28 Abril às 21h00 – Pavilhão Paz e Amizade, em Loures
Dia 29 Abril às 21h00 – Centro Cultural de Moscavide
Dia 15 Junho às 21h00 – Academia Recreativa e Musical de Sacavém

Atualmente, já terminaram os **Projetos de Execução** dos centros urbanos de Camarate, Loures e Moscavide, estando a decorrer o lançamento das empreitadas para as primeiras fases das intervenções nestes 3 centros.

Está previsto a **obra** iniciar-se em Outubro de 2016 e terminar em Março de 2017.

CENTRO URBANO DE CAMARATE

O projeto visa a **uniformidade** (imagem de marca) e uma **lógica agregadora** do território (continuidade), através de:

1. **Definição de uma centralidade** em Camarate a partir do seu eixo principal de comércio a Rua Avelino Salgado de Oliveira e do Largo da Igreja de Santiago.

2. **Aumentar as áreas de circulação pedonal** ao longo da Rua Avelino Salgado de Oliveira nomeadamente no passeio a norte, junto à galeria coberta, de modo a aumentar o potencial comercial das lojas. Propõe-se a pavimentação em torno da Igreja de Santiago reforçando o seu caráter de centro histórico.

3. **Implicação no eixo viário** – Reduzir a largura dos eixos viários para a dimensão de 3.20 m em cada sentido de modo a promover o abrandamento do fluxo viário

4. Em Camarate existe uma **enorme diversidade de tipologias de espaço público** numa localidade com uma escala de um pequeno aglomerado urbano: Ligações pedonais, Largo da Igreja, Rua Principal, Rua em Galeria, Espaço Coberto sob viaduto. **Esta diversidade deverá ser entendida como um valor positivo a incrementar adicionando outros que promovam esta diversidade.**

5. Propõe-se, assim a **criação de um Jardim (Jardim Mário de Sá Carneiro)** no grande espaço contíguo ao Largo da Igreja de Santiago que aumente as superfícies permeáveis da zona e áreas arborizadas. O espaço encontra-se atualmente estruturado em dois socalcos, tirando partido da diferença de cota de cerca de 3m e pode acolher um equipamento como biblioteca ou cafetaria num espaço confinado e protegido do ruído exterior. A criação de uma oria plantada de árvores de grande porte e a introdução de elementos de água modificam a perceção e a experiência do espaço: interior/exterior, luz/sombra, silêncio/ruído, frescura/calor.

6. Propõe-se a criação de uma ligação de sul a norte do centro urbano, estabelecendo-se como um sistema contínuo com as caraterísticas de **azinhaga**. Este sistema predominantemente pedonal deverá ligar a zona a sul e o centro de Camarate à Escola EB 2/3 Mário de Sá Carneiro e ao Cemitério Municipal. Este percurso coincide com a estrutura de quintas de Camarate, articulando a Quinta do Redondo, Quinta da Encarnação, Quinta de Stª Bárbara, Quinta da Vitória e Quinta da Ribeirinha.

7. **Criar sob o viaduto da CRIL um parque de atividades desportivas urbanas** de modo a atrair os jovens para o centro de Camarate. Este parque, por ser coberto, poderá ser utilizado em dias de muito sol ou chuva. As zonas de atividades deverão ser múltiplas tais como: Parque de Skates, Zona de Basquetebol, zona de escalada, etc. Terá uma iluminação intensa de modo a poder ser utilizado 24 horas por dia. Este Parque pode ter uma importância à escala urbana e promover Camarate na área metropolitana de Lisboa.

Faseamento da obra

- **1ª fase:** Intervenção na Rua Manuel João dos Santos e Beco da Ré
  Intervenção junto à Creche da Associação Nossa Senhora dos Anjos – Zona de lazer
  Rua Avelino Salgado de Oliveira
  Rua Guilherme Gomes Fernandes
  Praça 1º de Maio
- **2ª fase:** Área inferior ao viaduto – Área Desportiva e de lazer
  Rua Casa de Repouso dos Motoristas – Ligação pedonal sul ao centro
  Rua Teodora Maria de Oliveira – Ligação pedonal norte ao centro

CENTRO URBANO DE LOURES

ESTRATÉGIA:

1. **Definir uma centralidade** em Loures a partir do seu eixo principal de comércio, a Rua da República.

2. **Criar um sistema viário de sentidos únicos** permitindo o alargamento dos passeios e a criação de zonas de estar.

3. Implementar um sistema em rede de comércio local que crie uma imagem clara de LOURES CENTRO para os habitantes. Transmitir a riqueza e a diversidade do comércio local como uma mais-valia. **Criar uma imagem de marca.**

4. Definir a cidade de Loures como um centro de produção de produtos hortícolas de qualidade e de exceção da região saloia. Promover o desenvolvimento de mercados de produtores.

5. Articular duas áreas vitais da Estrutura Ecológica Municipal: a poente, o Jardim Major Rosa Bastos e a nascente, o Parque da Cidade, através do eixo principal da cidade. Esta continuidade é promovida sempre que possível através de eixos arborizados, recorrendo à **plantação de árvores em alinhamentos ou pontualmente** em espaços centrados, através de plantações singulares em praças e largos.

6. Recuperar a identidade da cidade, transformar e promover **LOURES CENTRO como um espaço de permanência, de cultura e de lazer.**

7. **Inverter o processo** de desertificação do centro da cidade.

8. Criar um corredor confortável ao longo dos passeios, de modo a facilitar a mobilidade reduzida.

9. Criar áreas de estacionamento alternativo (p.e. terrenos juntos à piscina)

Faseamento da obra

1ª fase: Rua da República
Praça da Liberdade

2ª fase: Mercado Municipal
Largo do Mercado
Criação do estacionamento alternativo gratuito

CENTRO URBANO DE MOSCAVIDE

Estratégia

O plano estratégico para a revitalização do Centro de Moscavide passa por um conjunto de três diretrizes:

- Valorizar o COMÉRCIO LOCAL, criando uma identidade forte e unificadora para o comércio;
- Humanizar e potenciar o ESPAÇO PÚBLICO, criando qualidade de vida para o seu morador e visitante;
- Quebrar os LIMITES FÍSICOS de Moscavide, aproximando e interligando a vila com as áreas limítrofes.

Intervenções

AVENIDA DE MOSCAVIDE

- Alargamento dos passeios
- Criação de esplanadas de um lado da avenida
- Implantação da linha de árvores ao longo da avenida (sombra e áreas verdes), objetivo que não será possível de concretizar, devido à existência de linhas de muito alta tensão de cada lado da via, mantendo-se a proposta de vegetação em conjunto com o mobiliário urbano
- Para priorizar o peão, há que disciplinar a via, limitando o número de lugares de estacionamento
- Criação de unidade nas fachadas comerciais, estabelecendo padrão de toldos

LARGO DA IGREJA/ AVENIDA DE MOSCAVIDE

- Desvio da rua, promovendo a integridade da praça
- Criação de espaços de comércio com esplanadas nas edificações do Largo da Igreja
- Ocultação dos postos de recolha de lixo (enterrado), facto que dificilmente poderá ser concretizado devido ao elevado número de infraestruturas existentes (gás, eletricidade, telecomunicações, etc)
- Criação de jardins e áreas verdes

PRACETA JOSÉ AUGUSTO GOUVEIA

- Reconstrução da praça
- Retirar a ponte e reformulação do espelho de água
- Criação de esplanada com espaço de estar para adultos
- Manter a área de lazer infantil

MERCADO DE MOSCAVIDE

- Potencial de reconversão e novos usos
- Criação de área social exterior, incluindo algum espaço de estacionamento, para realização de feiras ou de simples permanência
- Aumentar a visibilidade do edifício a partir da estrada

Faseamento da obra

1ª fase: Avenida de Moscavide

2ª fase: Largo da Igreja
Largo do Mercado
Mercado Municipal de Moscavide
Praceta José Augusto Gouveia

CENTRO URBANO DE SACAVÉM

Estratégia

O plano estratégico para a revitalização do núcleo histórico de Sacavém passa por um conjunto de três diretrizes:

- Criar uma IDENTIDADE, uma imagem gráfica forte, que transmita a história e orgulho dos sacavenenses na sua cidade;
- Dinamizar um ESPAÇO ÂNCORA;
- Modernizar o ESPAÇO PÚBLICO, reaproximando e orientando as pessoas ao centro histórico.

Faseamento da obra

1ª fase: Criação do Serviço de Informação Municipal no edifício do Mercado
Intervenção no Largo 1º de Maio

Empréstimo Médio e Longo Prazo 12.000.000,00 €

Investimentos	Valor do Investimento (€)	Previsão Execução Física		Ponto Situação
		Inicio	Fim	
REDE VIÁRIA E BAIRROS	2.836.623,45			
REPAVIMENTAÇÃO DA RUA 1º DE MAIO E E.M. 541 EM SANTO ANTÃO DO TOJAL	122.116,00	set-15	nov-15	Concluído
REPAVIMENTAÇÃO DO Bº DO CATIVO	76.176,00	mai-16	jul-16	Concluído
MURO DE SUPORTE DE TERRAS NA ESTRADA DA TESOUREIRA	566.520,00	out-16	mar-17	Procedimento Concursal em Curso
MUROS DE SUPORTE DE TERRAS NA EM 506	247.638,00	out-16	fev-17	Procedimento Concursal em Curso
REPAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS NO FIGO MADURO	69.745,00	out-15	dez-15	Concluído
REPAVIMENTAÇÃO DO Bº DA SALVAÇÃO E Bº DOS MONJÕES EM SANTA IRIA DE AZÓIA - I FASE	144.773,81	set-15	nov-15	Concluído
REPAVIMENTAÇÃO AV. FRANCISCO PINTO PACHECO E ANTÓNIO GALVÃO ANDRADE - SANTO ANTONIO CAVALEIROS	122.151,81	ago-15	set-15	Concluído
PONTE DE ACESSO AO BAIRRO VITÓRIA	47.677,00	mai-16	jul-16	Concluído
REPAVIMENTAÇÃO DO Bº DO ALTO DA CASA BRANCA EM SÃO JOÃO DA TALHA	61.504,00	mai-16	mai-16	Concluído
REPAVIMENTAÇÃO DO Bº S.FRANCISCO EM CAMARATE 1ª fase	90.635,98	mai-16	jul-16	Concluído
REPAVIMENTAÇÃO DO Bº S.FRANCISCO EM CAMARATE 2ª fase	59.339,02	set-16	set-16	Adjudicado
REPAVIMENTAÇÃO DO Bº FIGUEIRA NA BOBADELA	99.627,00	set-16	set-16	Adjudicado
REPAVIMENTAÇÃO DO Bº DAS MAROITAS E Bº DAS CACHOEIRAS EM SÃO JOÃO DA TALHA	85.265,00	mai-16	mai-16	Concluído
REPAVIMENTAÇÃO DO Bº VINHA GRANDE EM SÃO JOÃO DA TALHA	73.732,00	mai-16	jul-16	Concluído
REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA REPUBLICA - LOURES	258.169,00	dez-16	mar-17	Preparação de Concurso
OUTRAS INTERVENÇÕES EM ARRUAMENTOS NO CONCELHO	300.000,00	jul-16	dez-16	Em Curso
OBRAS DE INFRAESTRUTURAS RIP - Bª das Fontes e Trovicals (S. João da Talha)	250.000,00	out-16	nov-16	Preparação de Concurso
OBRAS DE INFRAESTRUTURAS RIP-Terra de Frades(Sta Iria da Azoia)	76.848,83	set-15	nov-15	Concluído
OBRAS DE INFRAESTRUTURAS RIP- Av Forças Armadas (Catujal)	84.705,00	nov-15	jan-16	Concluído
ESCOLAS	4.611.319,55			
EB1 CAMARATE	2.428.869,28	mar-16	fev-17	Em execução
EB1 DE FETAIS - REABILITAÇÃO DO BLOCO3 E LOGRADOURO	444.398,00	jul-15	set-15	Concluído
EB/JI QTA DA ALEGRIA - REMODELAÇÃO DO EDIFICIO	549.543,27	jun-16	set-16	Em execução
EB1/JI DO ALTO DA EIRA - REMODELAÇÃO DO EDIFICIO	753.509,00	jun-16	set-16	Em execução
EB1/JI DA BOBADELA - REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO EDIFICIO ESCOLAR	435.000,00	jun-16	set-16	Em execução
OUTRAS INTERVENÇÕES EM DOMINIO PUBLICO	4.552.057,00			
REABILITAÇÃO DE NÚCLEOS URBANOS	2.817.267,00	out-16	abr-17	Procedimento Concursal em Curso
CENTRO COMUNITÁRIO - Stº ANTÓNIO dos CAVALEIROS	1.500.000,00	set-16	abr-17	Obra Consignada
CICLOVIA MOSCAVIDE-PORTELA	234.790,00	nov-16	dez-16	Procedimento Concursal em Curso
TOTAL	12.000.000,00			

ACTA NÚMERO 15

COMISSÃO PARA A QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL E QUALIDADE DE VIDA

Ao décimo nono dia do mês de Outubro do ano de dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas e vinte e cinco minutos, deu-se início, no Palácio dos Marqueses da Praia e de Monforte - Loures, à décima quinta reunião da Comissão para a Qualificação Territorial e Qualidade de Vida da Assembleia Municipal de Loures presidida pelo eleito Francisco Joaquim Lourenço Pereira, com a presença das eleitas Sara Raquel Bordalo Gonçalves, Lizette Braga do Carmo e dos eleitos Carlos Alberto Dias Teixeira, Carlos Luís da Costa Gonçalves e João Mendes Alexandre.

Da reunião constou a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Transportes e Mobilidade
2. Outros assuntos

Não tendo sido recepcionada qualquer documentação suporte para discutir o tema dos transportes e mobilidade, foi sugerido pelo Presidente da Comissão que se abordassem outros temas na reunião para solicitação de documentação à Câmara Municipal para análise futura. Foram dados exemplos específicos como o Metropolitano, Carris, eléctrico, passe social e Linha do Oeste. Relembrou os membros da Comissão que já tinha sido aprovada uma Moção na Assembleia Municipal alusiva ao passe social e a realização de uma reunião com outras Assembleias no que respeita à Linha do Oeste. Quanto à rede viária, destacou a CREL, CRIL e entrada na A1. Referiu a título de exemplo a elaboração de uma Recomendação a apresentar na Assembleia Municipal para término das portagens na CREL devido ao trânsito existente e acesso a Loures, assim como saber qual o ponto de situação sobre a Linha do Oeste e a Moção aprovada sobre o passe social.

O eleito João Alexandre referiu a importância dos transportes no concelho de Loures por existirem muitos trabalhadores que os utilizam. Considera importante a necessidade de uma rede própria de transportes camarária. Disse ser importante que Loures tome uma posição sobre as portagens da CREL em Loures e aprova a passagem do comboio mas duvida que o projecto se concretize por falta de dinheiro no país. Destacou a importância do "Rodinhas" e que o concelho devia ser servido por esse exemplo, sendo que serve a população localmente.

A eleita Lizette Braga do Carmo afirma ser a favor do metro por ser um meio que transporta muitos trabalhadores e inclusivamente já ter chegado a Odivelas.

O eleito Carlos Gonçalves refere que Loures é atravessado por transportes privados e é difícil terminar com o serviço dessas empresas porque as próprias não deixem que outras concorram com

elas. Afirmou que a passagem do Metro em Loures era positivo e que a CREL não deveria ser portajada. A existência de um monopólio nas empresas de transportes é consequência da práctica de vários preços por variadas empresas.

O eleito Carlos Teixeira deu o exemplo do município do Barreiro ter os transportes a seu cargo e ser ruinoso. Disse que o concelho de Loures é parecido com o concelho de Sintra por a área ser muito grande. Quanto ao Metro, afirmou que o projecto estava feito e delineado mas tem de ser uma opção do Governo avançar com o mesmo e acredita ser um meio de transporte útil para a população que se desloca ao Hospital ou IKEA. Clarificou que o "Rodinhas" era para servir a população a partir do comboio até às suas casas e que em Camarate era mesmo necessário transporte. Em Bobadela, São João da Talha havia pouca utilização e chegava a custar ao município 80€ por pessoa.

A eleita Sara Gonçalves destacou o facto das freguesias do norte do concelho ficarem bloqueadas para entrar no centro de Loures, sendo a CREL a alternativa. Considera que se devia insistir no não pagamento de portagens e para isso fazê-lo junto de outras Assembleias Municipais abrangidas pela CREL, para que se deixasse de pagar portagens nesses concelhos.

Por fim, o eleito Francisco Pereira propôs elaborar um documento sintético para se apresentar na Assembleia Municipal e no prazo de dez dias enviar aos membros da Comissão para contributos. O documento teria como base o seguinte:

- Término das portagens da CREL;
- Municipalização do Metro e Carris;
- Metro de superfície e respectivo projecto já aprovado;
- Coroas e tarifário;
- Transporte para hospital.

A proposta foi aprovada por unanimidade.

Pelas dezanove horas e dez minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente acta que vai ser assinada por todos os membros presentes da Comissão.

O Presidente da Comissão Para a Qualificação Territorial e Qualidade de Vida,

---

A Vice-Presidente da Comissão Para a Qualificação Territorial e Qualidade de Vida,

---

O membro do PS,

O membro do BE,

A membro do CDS-PP,

O membro do PCTP/MRPP,

ATA NÚMERO 16

COMISSÃO PARA A QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL E QUALIDADE DE VIDA

Ao vigésimo terceiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas e cinco minutos, deu-se início, no Palácio dos Marqueses da Praia e de Monforte - Loures, a décima sexta reunião da Comissão para a Qualificação Territorial e Qualidade de Vida da Assembleia Municipal de Loures presidida pelo eleito Francisco Joaquim Lourenço Pereira, com a presença das eleitas Sara Raquel Bordalo Gonçalves, Lizette Braga do Carmo e dos eleitos Carlos Alberto Dias Teixeira e João Mendes Alexandre.
O eleito Carlos Luís da Costa Gonçalves justificou a ausência na reunião.

Nesta reunião esteve presente o Eng.º Baptista Alves, representante do município no Grupo de Trabalho junto das AdP – Águas de Portugal, para discussão da reversão da empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

Da reunião constou a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Situação actual da EGF e Simtejo relativamente ao município de Loures;
- Outros assuntos

O Presidente da Comissão deu início à reunião informando que foi recepcionada na Assembleia Municipal e reencaminhada para a Comissão, uma exposição da munícipe Maria Odete Galhofo, sobre obras de manutenção que tiveram lugar na Rua dos Sobreiros, no Fanqueiro. Foi entendimento unânime que a munícipe deve ser informada que o assunto foi alvo de apreciação pela Comissão para a Qualificação Territorial e Qualidade Vida e decidido que o assunto em questão não é da competência da Assembleia Municipal mas sim da Assembleia de Freguesia de Loures.
Foi igualmente informado duma Petição rececionada, apresentada pela Rede Record de Televisão Europa, S.A. sobre uma empreitada desenvolvida a cargo da empresa Alves Ribeiro Construções S.A., em Prior Velho – Quinta Figo Maduro. Após análise da Comissão, foi acordado solicitar à Câmara Municipal informação detalhada e que entenda pertinente sobre o assunto em questão, para uma melhor apreciação da Comissão.

Seguidamente foi proposto que o Eng.º Baptista Alves fizesse uma apresentação do assunto agendado, de modo a que os membros da Comissão pudessem colocar algumas questões.
No uso da palavra, o Eng.º Baptista Alves fez um relato da posição dos municípios, mais concretamente Loures, relativamente à situação actual da EGF e Simtejo. Em anexo à acta consta uma

síntese das declarações do Eng.º, facultadas pelo próprio à Comissão, incluindo respostas às questões colocadas pelos membros da Comissão.

Após a apresentação do Eng.º intervieram os membros da Comissão para uma ronda de questões:

- O eleito Francisco Pereira solicitou que se falasse sobre as unidades de tratamento do município, e foi explanado que a ETAR de Frielas e de São João da Talha são modelos nacionais. A ETAR de São João da Talha já estava construída quando a de Frielas foi inaugurada e ambas têm águas residuais com boa qualidade. Existem cinco milhões de euros no orçamento da Simtejo que vão passar ou já passaram para a "Águas Tejo Atlântico", porque quando o município de Loures entrou na Simtejo havia uma verba de cinco milhões de euros destinados à afinação nos tratamentos das ETAR. Explicou também que os cheiros na maioria das vezes têm a ver com lamas acumuladas e não com o tratamento em si. A ETAR de Frielas produz energia eléctrica e queima de lamas, como a valorização da agricultura, nos casos das hortas e vasos.
- O eleito João Alexandre questionou se nas reuniões em que o Eng.º representa o município, a alteração que estavam a fazer era para privatização e se está quantificado o valor que essas alterações vão ter para os contribuintes. Considera que a Valorsul prejudicou o município.
- A eleita Sara Gonçalves questionou se caso haja alteração mantém-se a quantia dos cinco milhões de euros para o município de Loures.
- O eleito Francisco Pereira considera que se houvesse reversão imediata as questões eram colocadas de forma mais fácil.

O eleito Carlos Teixeira refere que a diminuição do tarifário parece-lhe o mais importante para os municípios e munícipes e a dívida acumulada de vinte milhões de euros é motivo de cobrança de tarifa a metade.

Terminadas as rondas de perguntas e respostas, pelas dezanove horas e dez minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada por todos os membros presentes da Comissão.

O Presidente da Comissão Para a Qualificação Territorial e Qualidade de Vida,

---

A Vice-Presidente da Comissão Para a Qualificação Territorial e Qualidade de Vida,

---

O membro do PS,

O membro do BE,

(justificou ausência na reunião)

A membro do CDS-PP,

O membro do PCTP/MRPP,

Anexo: Síntese das declarações do Eng.º Baptista Alves facultadas pelo próprio à Comissão

REAVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE AGREGAÇÃO DOS SISTEMAS MULTIMUNICIPAIS

"A reavaliação em causa assenta no compromisso do actual Governo da República, plasmado no respectivo programa e reafirmado repetidamente em declarações públicas do Sr. Ministro do Ambiente, ao enunciar como objectivo *a reversão das fusões de empresas de águas que tenham sido impostas aos municípios*.

Para o efeito foi criado um Grupo de Trabalho, liderado pelas AdP, com participação de representantes dos municípios, que reuniu pela primeira vez em 08 de Julho de 2016.

Logo nesta primeira reunião tivemos conhecimento que o que estava em causa, melhor dizendo, o que era pedido ao grupo de representantes dos municípios, não era a participação na reavaliação dos processos de agregação, mas a colaboração na concretização dum novo sistema (agregando os municípios da extinta SIMTEJO, SANEST e Águas do Oeste, na vertente águas residuais) já delineado pelo Governo, estando fora de questão a simples *reversão das fusões impostas aos municípios.*

Desde logo também, em 20 de Julho de 2016, por ofício do Sr. Presidente da Câmara, foi dado conhecimento ao Sr. Ministro do Ambiente das nossas preocupações com a metodologia utilizada, sem obviamente deixar de afirmar a nossa total disponibilidade para continuar o diálogo encetado sobre esta matéria - que naturalmente e face à experiência anterior se nos apresentava como muito positivo e prometedor - indo um pouco mais além e propondo explicitamente uma solução que, a nosso ver, teria melhores condições para atingir os novos objectivos que esta nova agregação poderia potenciar, sem por em causa o objectivo primeiro: a reversão da integração forçada no sistema de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) - absurdo, ilegal e lesivo dos interesses do município de Loures - criando-se em simultâneo um Grupo de Trabalho para estudar e preparar a fusão/agregação preconizada.

Antecipamos então que esta solução teria como principais vantagens:

-Repor a situação de direito;

-Por a funcionar de imediato as empresas como funcionavam, a contento dos municípios accionistas, antes da agregação forçada no LVT;

-Repor a confiança dos municípios no parceiro AdP;

-Permitir equacionar com tranquilidade a solução de agregação, com adesão voluntária dos municípios envolvidos, suportada em lógicas irrefutáveis, tais como: "os ganhos de escala para a construção duma unidade de valorização de lamas", a criação dum modelo de agregação dos sistemas no qual os municípios vissem melhor defendidos os seus interesses, etc.;

Entretanto na sequência das reuniões do Grupo de Trabalho, no total de quatro, fomos tomando conhecimento de algumas propostas, centradas na evolução tarifária, com o anúncio de medidas que consideramos positivas e enquadráveis em soluções que defendemos, com inquestionáveis vantagens em relação à situação actual onde forçadamente nos encontramos, em particular as resultantes do alargamento do prazo de convergência e do comprometimento na resolução dos *déficits* tarifários do recém criado Fundo Ambiental. Em termos conceptuais o modelo utilizado para a configuração do novo sistema e da nova empresa foi sendo anunciado como sendo o mesmo utilizado no LVT, adaptado à nova situação e expurgado da "gestão delegada na EPAL", medida que também vem de encontro à vontade manifesta dos municípios, a que acresceu a apresentação de uma proposta de "Acordo Parassocial", cujos termos correspondiam, ao que foi afirmado, ao máximo que o Governo estaria disponível para aceitar.

Novamente, em 28 de Outubro de 2016, por ofício do Sr. Presidente da Câmara, foi dado conhecimento ao Sr. Ministro do Ambiente das nossas preocupações com o desenrolar dos acontecimentos e em particular, pelo pouco que nos era dado conhecer, se estar a esboçar uma solução que, para além das medidas positivas já referidas, sem dúvida importantes, no essencial não se afastava muito do modelo LVT, ou seja, o sistema LVT daria lugar a dois sistemas distintos, "ligados umbilicalmente" por uma CTA (componente tarifária acrescida) a aplicar ao novo sistema Grande Lisboa e Oeste para cobertura de parte do *déficit* tarifário do remanescente LVT, não coberta pelo Fundo Ambiental. Afirmamos a nossa disposição de aferir a nova proposta com a situação de direito que detínhamos antes da integração forçada no sistema LVT que recusamos por razões objectivas conhecidas, na intransigente defesa dos interesses do município de Loures, afirmando novamente a nossa total disponibilidade na procura duma solução alternatina ao actual sistema LVT - absurdo ilegal e lesivo do município de Loures.

Reafirmamos a nossa convicção de que a metodologia em uso dificilmente permitiria atingir os objectivos que o Governo se propôs, em tempo útil, e no pressuposto da anuência prévia de todos os municípios. Advogamos novamente a solução da reversão imediata dos sistemas em causa em simultâneo com a criação dum Grupo de Trabalho nomeado pelo Governo, com participação de representantes dos sistemas a integrar, para estudo e preparação da solução agora delineada, onde se incluiria também a análise de outros modelos de gestão que melhor defendessem os interesses dos municípios de eventuais futuras tentações privatizadoras forçadas.

Em 31 de Outubro, foram finalmente enviados, aos municípios e aos seus representantes no Grupo de Trabalho, os documentos de configuração definitiva do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, a criar por DL, bem como a constituição da sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, a "Águas Tejo Atlântico".

A análise já possível dos documentos referidos, confirma aquilo que temos vindo a dizer e com razões agora acrescidas e fundamentadas.

Nas últimas intervenções do Governo na EXPOAMBIENTE, o Sr. Ministro reafirmou uma estratégia para o sector que não se afasta de outras intervenções anteriores, assente na ideia do maior envolvimento dos municípios em soluções conjuntas, com total liberdade de opção pelos modelos disponíveis, bem como a determinação em encontrar soluções alternativas de reversão às integrações realizadas pelo Governo anterior, impostas aos municípios e "*esbulhando-os*" contra sua vontade. O Sr. Secretário de Estado, por seu lado, advogou a necessidade de se utilizarem as capacidades técnicas existentes nos sistemas consolidados e com escala para "em mancha de óleo" irem agregando outros sistemas de menor dimensão fazendo-os beneficiar dessa capacidade acumulada.
Como se compagina isto com a solução " Grande Lisboa e Oeste"?
O efeito não está a ser precisamente o contrário?
Soluções como a SIMTEJO e a SANEST, exemplos que foram de sucesso, construídos com grande grande participação dos municípios, com percursos diferentes mas ambos criados em razão do interesse nacional, com vicissitudes próprias que não deviam ter sido ignoradas, foram extintas e com elas se perdeu completamente um histórico de colaboração, partilha e esforço sinergético que a actual proposta de solução não tem qualquer hipótese de recuperar, porque enferma dos mesmos erros da anterior, ainda que em menor escala.
Perante o afastamento da gestão dos municípios, a tentação para o alheamento que já é notório em alguns casos, como a não participação directa no Grupo de Trabalho, a venda de posições accionistas já concretizadas e outras que se seguirão, etc. vai inexoravelmente continuar. É isto que o Governo quer? Temos que acreditar que não.

É precisamente por isto que entendemos avançar com a seguinte proposta, agora mais concretizada:

Criação dum novo sistema multimunicipal do Tejo Trancão com a configuração constante do

DL n.º 288-A/2001 de 10 de Novembro, bem como da sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos "SIMTEJO, SA", por cisão do actual sistema LVT, sendo para ele transferidos todos os direitos e obrigações da extinta SIMTEJO,SA, por força do DL n.º 94/2015, de 29 de Maio.

A nova empresa reger-se-á à partida com os mesmos princípios, regras e instrumentos de gestão da extinta SIMTEJO, com as adaptações à nova conjuntura, particularmente:

- Integração nos princípios e critérios de convergência tarifária preconizados pelo Governo segundo um esquema programático que minimize os seus efeitos na repercussão da factura dos nossos munícipes;
- Aceitação da CTA nas condições definidas para a proposta do Sistema da Grande Lisboa e Vale do Tejo (sem deixar de afirmar que a mesma deverá ser dispensada logo que o Fundo Ambiental tenha condições para assumir a totalidade dos encargos);
- Estabelecimento do prazo da concessão para 30 anos;
- Capital social com a composição da extinta SIMTEJO, à partida com abertura para a recomposição integral (entrada de Mafra);
- Elaboração dum Acordo Parassocial no qual os municípios se sintam mais defendidos de investidas futuras visando a privatização.
- Salvaguarda dos direitos dos trabalhadores.

A nosso ver, esta solução apresenta as seguintes vantagens:

- Ser concretizável em tempo útil e à partida consensual, na medida em que se aproxima muito da reversão simples desejada por todos;
- Cumprir sem margem para dúvidas o compromisso do Governo;
- Permitir recuperar a convivência sinergética dos municípios envolvidos, construída à volta da execução das grandes obras de despoluição da bacia do Trancão e mais tarde na vivência da extinta SIMTEJO;
- Evitar o alheamento dos municípios da gestão dos sistemas em resultado da excessiva diluição do capital social;
- Permitir a concretização dos objectivos do Governo em termos de evolução tarifária a nível nacional incluindo a questão da solidariedade regional;
- Permitir ainda a evolução tranquila e consensualizada para uma solução do tipo "Grande Lisboa e Oeste", em processo de fusão de sistemas, por evolução em "mancha de óleo", ou outros, consentidos.

Esta solução foi novamente rejeitada na reunião havida com o Sr. Ministro do Ambiente, tendo sido avançadas algumas aberturas para alteração das propostas do Governo de forma a torná-las mais aceitáveis pelo município de Loures.

É esta a fase em que estamos:

- Apresentamos propostas de alteração que defendem os municípios de situações como a vivida com a privatização da VALORSUL;

- Defendemos o direito de Loures a um administrador em permanência, sendo executivo em rotação com os outros maiores accionistas;

- Procuramos introduzir no Acordo Parassocial condicionamentos à gestão que obriguem a uma maior participação dos municípios em actos de maior relevância;

- Procuramos clarificar questões relacionadas com a facturação, em particular a salvaguarda de eventuais alterações do método (opção por caudais desfasados), prevista na proposta de DL;

- Colocamos a questão, ainda que lateral, da tarifa prevista para o custo da água em 2017."